**O PAPEL DO FUNDEB PERMANENTE NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM SÃO LUÍS (2021-2023)**

**RESUMO**

Este artigo analisa os recursos do FUNDEB permanente recebidos por São Luís entre 2021 e 2023, buscando compreender sua contribuição para o financiamento da educação básica municipal. A pesquisa concentra-se exclusivamente na rede pública de ensino sob responsabilidade do município, considerando as receitas próprias vinculadas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), os valores do FUNDEB convencional e as complementações. Com base em dados do SIOPE e do Censo Escolar, avalia-se a proporção e o impacto de cada tipo de repasse na composição orçamentária. Os resultados evidenciam a relevância de determinadas fontes de receita para o financiamento da educação em São Luís e o papel redistributivo do FUNDEB.

**Palavras-chave**: Fundeb permanente. Financiamento da educação Básica. Financiamento municipal de São Luís.

**ABSTRACT**

This article analyzes the permanent FUNDEB resources received by São Luís between 2021 and 2023, aiming to understand their contribution to the financing of municipal basic education. The research focuses exclusively on the public school system under municipal responsibility, considering own revenues linked to the Maintenance and Development of Education (MDE), conventional FUNDEB resources, and federal complementations. Based on data from SIOPE and the School Census, the study evaluates the proportion and impact of each type of funding on the budget composition. The results highlight the relevance of certain revenue sources for education financing in São Luís and the redistributive role of FUNDEB.

**Keywords**: Permanent FUNDEB. Basic Education Financing. Municipal Financing in São Luís.

**1 INTRODUÇÃO**

Os fundos contábeis educacionais ao longo dos anos vêm sendo instrumentos fundamentais para o financiamento da educação básica no Brasil, com o objetivo de garantir um acesso mais equitativo e de qualidade para todos os alunos, independentemente da região em que vivem. O FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), criado em 1996, foi o primeiro grande passo para a redistribuição de recursos entre estados e municípios, focando no financiamento do ensino fundamental. Em 2007, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) substituiu o FUNDEF, ampliando o alcance do fundo para toda a educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio. O FUNDEB passou por uma reformulação importante quando se tornou permanente, em 2020, trazendo novas complementações para corrigir limitações anteriores e promover maior equidade no financiamento da educação.

Hirata, Melo e Oliveira (2021) revelam que, embora o antigo FUNDEB tivesse um papel importante na redistribuição de recursos para a educação, sua implementação ainda enfrentava desafios estruturais que comprometiam sua eficácia na promoção de uma educação mais equitativa em todo o território nacional.

Em resposta a essas limitações, novas complementações foram criadas dentro do FUNDEB permanente, como o Valor Aluno Ano Total (VAAT) e o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR). O VAAT redistribui recursos com base nas necessidades fiscais dos municípios, e o VAAR visa, em teoria, incentivar melhorias educacionais. Essas novas complementações têm o intuito de aumentar a equidade no financiamento educacional, especialmente em municípios com maiores carências financeiras, buscando minimizar as distorções que haviam sido identificadas pelos estudos anteriores.

Este artigo analisa os recursos do FUNDEB permanente recebidos por São Luís entre 2021 e 2023, examinando os valores arrecadados, o impacto do aumento da receita educacional proporcionado pelo fundo e a relevância de cada complementação para a educação básica municipal, considerando exclusivamente as redes municipais de São Luís, ou seja, as que são de competência do município. O objetivo é analisar e investigar o quanto as complementações do FUNDEB permanente contribuem para o aumento de receitas do município, também se considera as receitas do FUNDEB convencional e as receitas próprias dos municípios (que são identificadas no decorrer do artigo como “receitas do MDE fora do FUNDEB” para fins de comparação e também identificar qual tipo de receita promove maior impacto no financiamento do município.

A pesquisa utiliza uma abordagem quantitativa, com dados financeiros e educacionais de São Luís nos anos pesquisados. Os valores do FUNDEB e suas complementações foram coletados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), que registra receitas educacionais. As matrículas da rede municipal foram obtidas no portal QEdu, baseadas no Censo Escolar, permitindo calcular o valor por aluno. As receitas próprias do município, foram também extraídas do SIOPE para serem comparadas aos recursos do FUNDEB, avaliando a importância das complementações.

A estrutura deste artigo foi organizada da seguinte forma: A seção **“FUNDEF x FUNDEB: limitações, avanços e a complementação da União ao longo dos anos”** aborda a trajetória do financiamento educacional no Brasil, examinando as principais mudanças do FUNDEF para o FUNDEB permanente, bem como o papel ampliado da União na equalização de recursos entre os entes federados, em especial a complementação, o que direciona para um melhor entendimento dos dados na seção seguinte. Na seção **3**, “Caracterização da rede municipal de ensino de São Luís e análise dos recursos recebidos (2021–2023)”, discute-se acerca das características da rede municipal de São Luís, considerando as etapas e modalidades de ensino, número de matriculas e afins; a partir de tal caracterização, analisa-se os recursos recebidos pelo município entre os anos de 2021 e 2023.

Verificou-se que o FUNDEB desempenha função fundamental no financiamento da educação básica municipal de São Luís, ainda que o município receba apenas o VAAF como complementação, além do valor convencional do fundo, assim contribuindo para a manutenção das escolas, pagamento de profissionais da educação e garantia do acesso à educação pública.

**2 FUNDEF X FUNDEF: LIMITAÇÕES, AVANÇOS, E A COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO LONGO DOS ANOS**

O financiamento da educação pública no Brasil tem sido marcado por desafios históricos, especialmente em estados e municípios com baixa capacidade arrecadatória, que enfrentam dificuldades para cumprir a obrigatoriedade constitucional de investir 25% de suas receitas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), conforme estipula o artigo 212 da Constituição Federal de 1988. Nas décadas de 1980 e 1990, regiões como o Nordeste e o Norte, com arrecadação limitada de tributos locais, não dispunham de recursos suficientes para garantir infraestrutura escolar, remuneração adequada de professores e universalização do acesso ao ensino, o que perpetuava desigualdades educacionais profundas.

Nesse contexto, os fundos contábeis educacionais foram criados como mecanismos de redistribuição financeira, centralizando verbas estaduais e municipais para redistribuí-las com base no número de matrículas, assegurando um investimento mínimo por aluno e promovendo maior equidade no sistema educacional. O primeiro foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), seguido do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), tornado permanente em 2020.

O FUNDEF, instituído pela Emenda Constitucional nº 14/1996 e regulamentado pela Lei nº 9.424/1996, foi o primeiro esforço nacional para corrigir disparidades no financiamento do ensino fundamental, etapa prioritária na década de 1990 para a universalização da educação básica. Ele vinculava 15% de receitas de impostos estaduais e municipais, como ICMS, IPI proporcional e transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) e Lei Kandir, redistribuindo esses recursos com base nas matrículas do ensino fundamental. Pelo menos 60% das verbas deveriam ser destinadas à remuneração de professores, enquanto os 40% restantes cobriam despesas de manutenção, como materiais didáticos e transporte escolar. Candido (2001) argumenta que o FUNDEF ampliou o acesso ao ensino fundamental, com o Brasil alcançando uma taxa de escolarização de 97% nessa etapa até 2006, segundo o IBGE, além de melhorar os salários docentes em regiões mais pobres.

Apesar de seus avanços, o FUNDEF enfrentou limitações significativas. Castioni, Cardoso e Capuzzo (2020) destacam que o fundo contribuiu para reduzir desigualdades regionais, mas não alcançou uma distribuição homogênea de recursos, principalmente devido à baixa complementação da União. Os autores também observam que o valor aluno/ano em estados como o Maranhão era até 3,5 vezes inferior ao de estados como Roraima e São Paulo em 2006, com o custo-aluno nacional frequentemente em desacordo com a legislação, gerando prejuízos para estados e municípios.

A discussão sobre o novo fundo esteve fortemente marcada pelos dilemas do federalismo brasileiro, especialmente em temas como equidade, padrão de qualidade, regime de colaboração e universalização das políticas públicas. A resistência de algumas esferas governamentais em ampliar seus compromissos financeiros demonstrava que o conflito federativo permanecia como pano de fundo das disputas em torno do financiamento da educação.

Apesar das divergências, houve consenso em torno da manutenção de certos elementos do FUNDEF no novo fundo. Mendes (2012) destaca que a permanência de mecanismos como o repasse automático de recursos, as contas específicas, o controle social exercido por conselhos e a vinculação mínima de 60% dos recursos para pagamento dos profissionais do magistério foi bem recebida pelos entes federados. Essas medidas garantiam continuidade administrativa, transparência e maior segurança jurídica na execução dos recursos.

A criação oficial do FUNDEB ocorreu por meio da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Como aponta Mendes (2012), essa emenda incorporou diversas críticas feitas ao FUNDEF, ainda que não todas. O novo fundo passou a abranger todas as etapas da educação básica, incluindo a educação infantil, o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), promovendo uma significativa ampliação do escopo de financiamento. Essa mudança representou um avanço na concepção da educação como um direito contínuo e indivisível.

Entre as principais alterações promovidas pela EC nº 53/2006, Mendes (2012) destaca a inclusão do parágrafo 5º no artigo 211 da Constituição Federal, estabelecendo como prioridade pública o ensino regular, ou seja, todas as etapas da educação básica. Além disso, a substituição da referência exclusiva ao ensino fundamental pela educação básica no artigo 212 fortaleceu a abrangência do financiamento. A emenda também definiu cotas estaduais e municipais proporcionais ao número de alunos na distribuição do salário-educação, o que representou uma tentativa de torná-lo mais equitativo.

Houve a ampliação da base de impostos que compõem o fundo e elevando, progressivamente, de 15% para 20% a vinculação desses tributos ao FUNDEB. Foi estabelecida ainda a complementação da União de forma escalonada nos três primeiros anos, alcançando a partir do quarto ano o patamar de 10% do total de recursos do fundo.

Por fim, a EC nº 53/2006 manteve a vinculação de, no mínimo, 60% dos recursos do fundo para o pagamento dos profissionais do magistério em efetivo exercício. Como reforça Mendes (2012), essa continuidade foi importante para preservar a valorização do trabalho docente, ainda que os desafios estruturais da carreira e da formação dos professores permanecessem.

A regulamentação do FUNDEB se deu inicialmente pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e posteriormente pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Esse processo legislativo reforça a complexidade da construção de políticas públicas educacionais no Brasil, onde o embate entre os entes federativos, os limites orçamentários e as pressões da sociedade civil moldam constantemente os rumos do financiamento da educação.

A principal diferença entre o FUNDEF e o FUNDEB está na abrangência. O FUNDEF focava só no ensino fundamental, enquanto o FUNDEB passou a incluir toda a educação básica: da creche ao ensino médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e escolas conveniadas. o FUNDEB aumentou a alíquota para 20% e incluiu mais impostos, como o IPVA, ITCMD e o ITR. Isso ampliou o valor disponível para a educação.

No Fundef, a União deveria complementar os recursos nos estados em que não se alcançava o valor mínimo nacional. Essa ajuda foi muito menor do que o necessário. No FUNDEB, a Constituição passou a garantir que a União colocasse pelo menos 10% do total que estados e municípios juntam, e ainda permitiu usar até 10% da complementação.

O antigo FUNDEB foi fundamental para a educação básica, mas apresentava limitações. Seu prazo de validade, até dezembro de 2020, criava incerteza sobre o financiamento, especialmente para municípios pobres dependentes do fundo. Sem renovação, o risco de colapso na educação era iminente. Outra limitação era a distribuição que continuava bastante desigual, especialmente por conta da complementação da União, fixada em 10% do total do fundo, que ainda não era suficiente para uma correção mais robusta das disparidades municipais. Assim, cidades pobres em estados ricos ficavam desassistidas, enquanto outras, em estados pobres, recebiam recursos, agravando desigualdades. O FUNDEB encerrou-se pelo fim de seu prazo constitucional e pela necessidade de um modelo mais justo. A Emenda Constitucional nº 108/2020 tornou o fundo permanente, e a Lei nº 14.113/2020 regulamentou o novo FUNDEB, implementando inovações como o aumento da complementação federal para 23% até 2026.

O FUNDEB permanente estabelece que ao menos 70% das suas receitas devem ser direcionadas à remuneração dos profissionais da educação básica, que no fundo anterior se restringia apenas aos professores e com percentual de 60%. A complementação da União no antigo FUNDEB era de 10%, destinada a entes abaixo do valor mínimo por aluno/ano. O novo FUNDEB eleva esse percentual para 23% até 2026 (12% em 2021 a 23% em 2026), divididos em: 10% para o VAAF que se manteve na nova versão do fundo, já o VAAT e o VAAR são inovações do novo FUNDEB com impactos distintos detêm 10,5% e 2,5% respectivamente.

O VAAT, que representa 10,5% da complementação da União, é fundamental por direcionar recursos às redes com menor capacidade financeira, considerando o total de recursos vinculados à educação, e não apenas o FUNDEB. Ele prioriza etapas como a educação infantil, que historicamente recebe menos investimentos, promovendo equidade entre estados e municípios. Por outro lado, o VAAR, com 2,5% da complementação, gera controvérsias. Ele premia redes que melhoram indicadores de gestão, atendimento e aprendizagem, mas críticos, apontam que pode penalizar localidades com contextos socioeconômicos desfavoráveis, onde avanços são mais difíceis, reforçando desigualdades em vez de mitigá-las. Há debates sobre a definição dos indicadores e o risco de priorizar resultados quantitativos em detrimento de processos qualitativos.

Com esse cenário exposto da nova dinâmica de distribuição de recursos por meio das complementações VAAF, VAAT e VAAR, observa-se uma transformação significativa no papel da União no financiamento da educação básica, sobretudo nos municípios. Diante disso, a análise dos recursos recebidos por São Luís entre os anos de 2021 e 2023 permite verificar como esse novo arranjo federativo tem influenciado o financiamento da educação pública no âmbito municipal. Nesse contexto, é fundamental compreender como essas complementações impactam a receita da rede do município, e quais têm maior relevância no aporte de recursos.

**3 CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LUÍS E ANÁLISE DOS RECURSOS RECEBIDOS (2021–2023)**

São Luís é um município com uma população de 1.037.775 de habitantes, conforme dados do IBGE (2022). A desigualdade social é um dos problemas mais marcantes, com uma parcela significativa da população vivendo em condições de vulnerabilidade, especialmente em áreas periféricas. Essa realidade impacta diretamente o sistema educacional, que precisa atender a uma demanda crescente por serviços de qualidade, apesar das limitações orçamentárias que restringem os investimentos públicos.

A rede municipal de ensino de São Luís é responsável pela oferta de educação básica, abrangendo diversas etapas educacionais que atendem às demandas da população local. Isso inclui a Creche, Pré-Escola, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial. O Ensino Médio, no entanto, é de competência da prioritária da rede estadual, o que explica a ausência de matrículas nessa etapa nos dados da rede municipal, conforme registrado no Censo Escolar 2021-2023.

A análise das matrículas na rede municipal de São Luís entre 2021 e 2023 revela a composição e a evolução do atendimento educacional nas diferentes etapas da educação básica. Esses números, obtidos no Censo Escolar, mostram a distribuição das matrículas em Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial, além de confirmarem a ausência de matrículas no Ensino Médio, que é de competência prioritária da rede estadual. Em 2021, o total de matrículas foi de 88.395, aumentando para 92.286 em 2022, um crescimento de 4,40%, mas reduzindo para 89.682 em 2023, uma queda de 2,82%.

As etapas do Ensino Fundamental, especialmente os Anos Iniciais e Finais, continuam sendo as mais representativas na rede municipal de São Luís, confirmando a tendência observada anteriormente. Em 2021, os Anos Iniciais registraram 38.653 matrículas (43,7% do total) e os Anos Finais 31.103 (35,2%), totalizando 69.756 matrículas, ou cerca de 79% do total. Em 2022, essas etapas cresceram para 39.575 (42,9%) e 31.930 (34,6%), somando 71.505 matrículas, mas em 2023 houve uma leve redução, com 38.520 (43,0%) nos Anos Iniciais e 30.423 (33,9%) nos Anos Finais, totalizando 68.943 matrículas, ou 76,9% do total.

A educação infantil, composta por Creche e Pré-Escola, apresenta números menores, mas também revela variações importantes ao longo do período. Em 2021, a Creche tinha 3.409 matrículas (3,9% do total) e a Pré-Escola 9.095 (10,3%), totalizando 12.504 matrículas na educação infantil. Em 2022, a Creche cresceu para 3.989 matrículas (4,3%), e a Pré-Escola para 9.472 (10,3%), mas em 2023 os números ajustaram-se para 3.702 (4,1%) na Creche e 9.490 (10,6%) na Pré-Escola, somando 13.192 matrículas. A baixa oferta de educação infantil na rede pública municipal está diretamente ligada à grande quantidade de oferta de forma conveniada com as escolas sem fins lucrativos.

Por fim, as matrículas em EJA e Educação Especial mostram um crescimento significativo, indicando avanços na inclusão educacional. A EJA passou de 3.318 matrículas em 2021 (3,8%) para 4.135 em 2022 (4,5%) e 4.046 em 2023 (4,5%), enquanto a Educação Especial cresceu de 2.817 em 2021 (3,2%) para 3.185 em 2022 (3,5%) e 3.501 em 2023 (3,9%), um aumento de 24,3% no período.

A partir da contextualização apresentada até aqui, torna-se possível compreender como os recursos financeiros, sustentam essa rede educacional evidenciada e permitem que São Luís enfrente seus desafios. Para isso são examinados os valores recebidos entre 2021 e 2023 associados às matrículas. Para a análise, foram utilizados os valores per capita das receitas próprias do município (também identificada como “MDE fora do FUNDEB”), o valor do FUNDEB convencional resultante das receitas de impostos e transferências, e as complementações da União, especificamente o VAAF, visto que o município não recebeu VAAT e VAAR nos anos pesquisados. O Gráfico 1 ilustra essa situação:

**Gráfico 1 – Receitas per capita da educação do município de São Luís de 2021 a 2023**



 Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A composição dos recursos da recita de impostos destinados ao MDE pode ser melhor compreendida com base na legislação. O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que os municípios devem aplicar 25% da receita resultante de impostos e transferências em MDE. Desses 25%, uma parcela de 20% é vinculada ao FUNDEB, que é formada por impostos e transferências como ICMS, FPE, FPM, ITCMD, IPVA, ITR e IPI. Os 5% restantes, ainda provenientes desses mesmos impostos e transferências, também são direcionados ao MDE, mas não fazem parte do FUNDEB. Paralelamente, os impostos próprios do município (como IRRF, IPTU, ISS e ITBI) têm 25% de sua arrecadação destinados ao MDE, conforme a mesma obrigatoriedade constitucional, e esses recursos não compõem o FUNDEB. Assim, a receita de MDE fora do FUNDEB abrange tanto os 5% dos impostos e transferências que não entram no FUNDEB quanto os 25% dos impostos próprios do município (IRRF, IPTU, ISS e ITBI) destinados ao MDE.

A linha laranja, que representa a receita de MDE fora do FUNDEB, mostra um crescimento contínuo ao longo dos três anos. Em 2021, o valor registrado foi de R$ 3.754,03, subindo para R$ 4.335,67 em 2022 (aumento de 15,5%) e alcançando R$ 4.881,35 em 2023 (crescimento de 12,6% em relação a 2022), o que indica aumento da arrecadação de impostos no município e influenciando em maior disponibilidade de recursos para a educação

A linha vermelha, correspondente ao FUNDEB convencional, também exibe uma trajetória de crescimento. Em 2021, o valor foi de R$ 3.234,42, aumentando para R$ 3.682,65 em 2022 (crescimento de 13,8%) e atingindo R$ 3.900,37 em 2023 (aumento de 5,9% em relação a 2022). Esse crescimento reflete um incremento na arrecadação desses impostos no Maranhão. Esses recursos são essenciais para a rede municipal de São Luís, financiando despesas como salários de professores e manutenção das escolas.

A linha rosa, que representa a complementação VAAF da União, mostra uma trajetória diferente. Em 2021, o VAAF foi de R$ 2.472,48, subindo para R$ 2.741,00 em 2022 (aumento de 10,9%), mas caindo para R$ 2.582,84 em 2023 (redução de 5,8% em relação a 2022). O VAAF é calculado dividindo os recursos do FUNDEB pelo número de matrículas na rede municipal, refletindo o investimento médio por aluno. O aumento em 2022 indica uma maior disponibilidade de recursos da União para o FUNDEB, enquanto a queda em 2023 foi motivada pela redução do valor disponibilizado. Em relação ao VAAT e o VAAR, São Luís nao recebeu valores oriundos dessas complementações nos anos pesquisados.

A condição fiscal de São Luís, mais favorável em comparação com outros municípios do Maranhão, pode ter reduzido a necessidade de complementação da União para alcançar os valores mínimos nacionais estabelecidos pelo FUNDEB. Além disso, a queda no número de matrículas na educação infantil, especialmente em creches, que possuem maior peso no cálculo do fundo, provavelmente diminuiu a demanda por recursos adicionais, influenciando diretamente a redução do VAAF em 2023.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da composição dos recursos destinados ao MDE em São Luís entre 2021 e 2023 evidencia a relevância estratégica do FUNDEB para o financiamento da educação básica municipal. As receitas do fundo promovem investimentos essenciais em áreas críticas, como salários de professores, manutenção de escolas e adaptações para a Educação Especial e EJA, que cresceu no período, além de sustentar o funcionamento das escolas que atendem os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, que assim como a Pré-escola são etapas que concentram a maioria das matrículas na rede municipal.

A ausência de complementações como o VAAT e o VAAR destaca uma significativa restrição no acesso de São Luís a essas complementações da União, limitando o potencial de investimento na educação básica. O município não atendeu aos critérios exigidos para essas complementações, que avaliam fatores como insuficiência de arrecadação própria para o VAAT ou desempenho educacional abaixo dos padrões para o VAAR. Como consequência, São Luís dependeu exclusivamente VAAF como única complementação da União, o que reduz o montante disponível para enfrentar as demandas de sua rede educacional.

As variações do VAAF, que aumentou de R$2.472,48 em 2021 para R$2.741,00 em 2022 (crescimento de 10,9%) e caiu para R$2.582,84 em 2023 (redução de 5,8%), refletem mudanças nos repasses federais que demonstram oscilações nos número de matrículas, especialmente em etapas como creches, que têm maior peso no cálculo dessa receita.

A limitação no acesso ou na diversificação das fontes de financiamento da educação, como os mecanismos de complementação do FUNDEB — VAAF, VAAT e VAAR — pode comprometer a capacidade dos entes federativos de investir em áreas estratégicas, como a expansão da educação infantil, a melhoria da infraestrutura escolar e a formação de profissionais. A ausência ou insuficiência desses recursos torna mais desafiador responder à demanda crescente por modalidades específicas, como a Educação Especial e a EJA, além de dificultar a promoção da equidade e da qualidade do ensino.

Ao se analisar as condições da redes municipal de São Luís, é perceptível que as diretrizes que conduzem a dinâmica de redistribuição do FUNDEB promovem, de fato, algum tipo de equidade, mesmo que ainda possua algumas limitações - ­como critérios de redistribuição das complementações -, mas ainda assim o fundo desempenha papel fundamental nesse processo. Conclui-se que a combinação de receitas próprias, transferências obrigatórias e o FUNDEB é essencial para o financiamento da educação municipal.

**REFERÊNCIAS**

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 212. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

CANDIDO, A.; PASCOALINO, H. Financiamento da educação no Brasil: o caso do FUNDEF. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 123-145, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me0000293.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CASTIONI, Remi; CARDOSO, Mônica Serafim; CAPUZZO, Alisson. FUNDEF, FUNDEB e Novo FUNDEB: perspectivas para o financiamento da educação de Estados e Municípios. **Revista de Educação, Cultura e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 80-95, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8553/6847>. Acesso em: 14 abr. 2025.

HIRATA, Guilherme; MELO, Lucas; OLIVEIRA, João Batista. O Fundeb é a questão da equidade. **Revista Brasileira de Economia**, v. 76, n. 2, p. 123-145, abr./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20220009>. Acesso em: 14 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades: São Luís (MA). **Panorama**, [s.l.], [2025]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MENDES, Danielle Cristina de Brito. FUNDEB: avanços e limites no financiamento da educação básica no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 392-412, nov. 2012. Disponível em: <https://reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/464/208>. Acesso em: 14 abr. 2025.